



SOBRE AS DETERMINAÇÕES DO MEIO NO DISCURSO GEOGRÁFICO

ON THE DETERMINATION OF ENVIRONMENT IN THE GEOGRAPHICAL SPEECH

Carlos Francisco Gerencsez Geraldino

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Instituto de Geociências

Campinas, SP

e-mail: carlosgeraldino@gmail.com

Recebido em: 17/06/2013

Aceito em: 20/02/2014

Resumo

Este artigo visa contribuir para o debate sobre a construção epistemológica do conceito de meio na história da ciência geográfica. Para isso, apresenta um exame sintético das agregações de atributos ideados para esse conceito por Humboldt, Ritter, Ratzel, Vidal de La Blache, Demangeon e Sorre. Isso, no duplo intuito de, primeiro, demonstrar a manifesta continuidade teórica desses autores no tocante as suas acepções sobre as determinações mesológicas e, segundo, de argumentar contra a difundida proposta do historiador Lucien Febvre a respeito da ocorrência de uma cisão entre possibilismo/determinismo no cerne do pensamento geográfico.

Palavras-chave: Meio; Conceito; Geografia; Epistemologia.

Abstract

This article aims to contribute to the debate about the epistemological construction of the concept of environment in the history of geographical science. For this presents an examination of synthetic aggregates attributes this concept thought out by Humboldt, Ritter, Ratzel, Vidal de La Blache, Demangeon and Sorre. This, in order, first, to demonstrate the clear theoretical continuity of these authors with regard their meanings on the mesological determinations and, second, to argue against the widespread proposal of the historian Lucien Febvre about the occurrence of a split between possibilism/determinism in core of geographical thought.

Keywords: Environment; Concept; Geography; Epistemology.

INTRODUÇÃO

A investigação epistemológica acerca dos conceitos que sustentam o discurso geográfico há muito vem ganhando espaço em nossa disciplina. Isso, pois a busca pelas raízes e transformações desses avigora suas validades e pertinências no desvelamento das relações entre sociedade e natureza. Dentre eles, o conceito de meio, segundo Armando Corrêa da Silva, mostrou-se como uma “[...] ideia sempre obscura nos estudos geográficos” (1979, p. 79). E justamente na tentativa de abrir uma fresta de luz nessa obscuridade é que este artigo se apresenta. Para isso, demonstra como se deu a construção epistêmica, tanto do conteúdo quanto da forma, do conceito de meio realizada pelos ganhos teóricos proporcionados por alguns dos mais distintos autores do pensamento geográfico. Assim, as acepções ofertadas por Humboldt, Ritter, Ratzel, Vidal de La Blache, Demangeon e Sorre são aqui arroladas e examinadas no intuito de verificar a continuidade e consistência do conceito de meio, e de suas determinações, no bojo do discurso geográfico acadêmico. O que se segue, portanto, é uma sintética apreciação histórica do conceito de meio encontrada ao longo do discurso geográfico.

O PERCURSO DO MEIO NA GEOGRAFIA

Considerados pais idealizadores da Geografia moderna, Alexander von Humboldt e Carl Ritter, morreram no mesmo ano em que foi lançado *A origem das espécies* de Charles Darwin, em 1859. Assim, não tiveram a oportunidade de tomarem conhecimento da que é até hoje avaliada como a mais precisa teoria de explicação da ascendência das diferentes formas de vida condicionadas, por um processo adaptativo de seleção natural, à ação mesológica. Mas, nem por isso, estes dois grandes pilares da Geografia deixaram de contribuir ativamente no forjamento do conteúdo geográfico que o conceito de meio ganhou ao adentrar em nossa disciplina. Pois, ambos – influenciados tanto pela tradição grega da Geografia, quanto pelo Romantismo alemão – almejavam durante toda vida organizar a

multiplicidade fenomênica caótica disposta na superfície terrestre numa explicação sintética. Flertando ora com o mais estrito racionalismo, ora com as emoções do espírito romântico, buscavam arrumar os dados da realidade de modo que se encaixassem num modelo satisfatoriamente ilustrativo (GOMES, 1996).

Autor da admirável obra *Kosmos*, de 1845, o naturalista viajante Alexander von Humboldt captou em várias partes do mundo amostras de formas de vida, fazendo anotações de diferentes paisagens. Tinha interesse pela distribuição e pelas relações de espécies da flora dos lugares, desenvolvendo uma geografia botânica preocupada em estabelecer uma síntese das variantes dos meios que encontrava. Fato que doravante levou Vidal de La Blache a reconhecer, referindo-se a Humboldt, que: “Foi sobretudo a Geografia botânica que contribuiu para que a noção de meio fosse posta em foco, e esta luz projetou-se sobre toda a Geografia dos seres vivos” (1946, p. 26). Porém, mais do que tê-las como relíquias exóticas diferenciáveis entre si, Humboldt possuía, sobretudo, o desejo de entendê-las em suas conexões mais profundas, buscando desvelar quais eram suas recíprocas influências. E sob este aspecto, o historiador e filósofo Karl Ritter não se fez muito diferente. Pois em sua *Geografia Geral Comparada*, de 1817, dizia que “[...] todo organismo se forma com efeito segundo o encadeamento que lhes são próprios e em função daquilo que o cerca e se revela em seguida sob a lei e sob uma forma” (apud GOMES, 1996, p. 169) e que, por isso, a tarefa mais importante para uma ciência geográfica seria o estudo das “[...] influências que o ambiente físico exerce tanto sobre o mundo inorgânico quanto sobre os organismos vivos, como também sobre o desenvolvimento dos indivíduos e dos povos, ou seja, de toda a humanidade” (apud RATZEL, 1990, p. 47). Podemos ver que o princípio de interconexão entre os fenômenos naturais e, também, destes para os de origem social, esteve sempre presente no horizonte destes dois geógrafos. Segundo Sidney Wooldridge e William East, a palavra-chave que “[...] recorre nos escritos de ambos é *Zusammenhang* – literalmente, “condição de estarem as coisas ligadas entre si”, o que poderemos traduzir por “contexto”. O propósito dos dois constituiu em ver os fenômenos naturais, no propósito de perceber as relações de causalidade entre eles existentes” (1967, p. 21-22).

Porém, apesar de terem buscado sínteses; de possuírem no horizonte sempre a tentativa de melhor explicação da interação organismos/meios; de terem trabalhado e desenvolvido termos sinônimos de meio como síntese de determinações locais; de se utilizarem do complexo princípio de totalidade terrestre (*Erdkunde*) querendo sempre religar o fenômeno humano à Terra – neste último, a responsabilidade maior recai por parte de Ritter que de Humboldt – ambos, no entanto, não viveram o bastante para conferir a ainda principal explicação científica da relação entre seres vivos e seus meios. Pois foi apenas com Darwin que a Geografia obteve um paradigma amplamente aceito para, junto às demais ciências, desenvolver argumentos plausíveis relativos aos processos desse tipo de interação (CLAVAL, 1974).

O desenvolvimento da teoria darwiniana causou forte impacto na Geografia, devido, principalmente, a três fatores que, segundo David Stoddart (1966), lembrado por Nilson Barros, foram:

1º) a ideia de mudança através do tempo ou evolução e desenvolvimento, isto é, a ideia de que as formas transitam no tempo das formas mais simples para as mais complexas; 2º) a ideia da combinação ou da associação ou da estrutura organizacional de um conjunto vivo orgânico do qual o homem era parte (ecologia, meio composto); 3º) a ideia da seleção natural (2007, p. 213).

Humboldt e Ritter vinham de uma tradição de naturalistas e historiadores das quais estas ideias – fora a terceira – estavam, de certa maneira, presentes. O que, na verdade, apenas faltava era o arranjo sintético e explicativo de Darwin. Ambos forjaram suas almejas sínteses cosmológicas utilizando-se de explicações não puramente racionais, positivas, como queria o contexto científico da época; flertando em vários momentos de suas obras – Ritter, mais que Humboldt – por metafísicas oriundas de teleologias naturalistas¹. Havia ainda neles a lacuna de inteligibilidade de qual era a relação fundante das formas vivas nos seus respectivos meios. Vaga

¹ Querendo ser plenamente lógico para fundar sua Antropogeografia em bases científicas como pedia a metodologia positivista, Ratzel, reconhecendo a importância de Ritter em sua formação, criticou no mestre justamente aquilo que nele não se fazia puramente racional, dizendo: “O pensamento de Ritter acerca da importância do solo em relação à história contém muitos conceitos ‘mecânicos’, que não recebem, contudo, em nenhum aspecto, uma abordagem clara. Para perceber a simples relação que se dá entre a superfície estável da Terra e a humanidade em transformação sobre ela, Karl Ritter deveria ter abandonado a concepção teleológica, a partir da qual ele considera os processos históricos como partes preordenadas de um grande plano de educação da humanidade” (1990, p. 48).

que só foi preenchida pela instalação do paradigma darwiniano na Geografia. Tal instalação paradigmática resultou diretamente na reconfiguração do conceito de meio. Tal como Sorre asseverou: “A noção de ambiente ou meio cobrou toda sua significação com o triunfo das doutrinas evolucionistas e da ideia da adaptação” (2003, p. 139). Doutrina essa, que Ratzel e Sorre, em larga medida, se valeram. Na passagem a seguir, Paulo Gomes confirma estes aspectos e até deixa por entrever uma justificativa, em moldes kuhnianos, dos motivos da aceitação de Ratzel como fundador da geografia humana científica; vejamo-la:

Às proposições dos naturalistas de um determinismo “imaturo”, inspirado no modelo da mecânica, Ratzel responde com uma abordagem inovadora, utilizando a teoria mais aceita pela ciência da época, o darwinismo. Por essa razão, ele pode ser considerado por [Paul] Claval como o pai da geografia humana moderna. Em sua obra, não se encontra as mesmas hesitações metodológicas presentes em Humboldt e Ritter, e seu ponto de partida pela ciência positivista é claro, sem ambiguidades (1996, p. 187-188).

Portanto, foi assumindo o paradigma forjado nas ciências da vida que a Geografia Humana fundamentou-se como plenamente científica. E em Friedrich Ratzel – ex-aluno na Universidade de Jena de Ernst Haeckel, o grande popularizador das ideias de Darwin – foi que se afunilaram tanto a nascente ciência das relações entre os meios e organismos, cunhada sob o neologismo *Ecologia*², quanto todo o ideário clássico e romântico das geografias desenvolvidas por Humboldt e Ritter. Sobre estes alicerces é que Ratzel edificará sua Antropogeografia (BARROS, 2007).

O projeto de Ratzel era pautado no prévio entendimento, como ele mesmo afirmava, da “[...] Terra *ligada* como está ao *homem*” (1990, p. 32). Porém, a compreensão plena desta ligação já não mais poderia ser realizada, segundo ele, sem o necessário comprimento de dois princípios. O primeiro era referente à realização de pesquisa sob parâmetros estritamente científicos. E essa busca por

² A expressão *mesologia* – que seria a ciência destinada ao estudo dos meios – foi cunhada por Louis-Adolphe Bertillon (1821-1883); sendo anterior à aplicação, em 1866, do termo *ecologia* por Ernst Haeckel na obra *A morfologia geral dos organismos*. Porém, segundo Augustin Berque (1999), o projeto de Bertillon foi ofuscado pelo de Haeckel por ser muito ambicioso para as condições em que se enquadravam as metodologias científicas da época. Haeckel adequou a metodologia positivista à evolucionista e obteve grande aceitação dos membros acadêmicos. Já o projeto de Bertillon teve que esperar o avanço filosófico dado pela fenomenologia para poder aspirar caminhos possíveis de desenvolvimento.

rigor metodológico, feito a partir de critérios de cientificidade aceitos na época, o perseguiu a todo o momento, chegando mesmo a reconhecer que “[...] o mérito da geografia foi o de ter levado a teoria das influências do ambiente a um terreno puramente científico de investigações particulares” (ibidem, p. 46). E o segundo era justamente a necessidade de balizar o estudo dessa ligação a partir das influências que o meio ambiente causava no ser humano. Assim, para Ratzel se há um sentido explicativo à geografia humana, esse consiste em ponderar, cientificamente, quais tipos de influências ambientais regiam os cursos da história.

Porém, antes de qualquer juízo temerário e precipitado, devemos bem notar que a palavra do parágrafo anterior foi *ponderar*. Ou seja, a elucidação geográfica da realidade a partir da consideração das influências do meio na história não tinha, absolutamente, em Ratzel o sentido de ser a única causa explicativa para a compreensão do fenômeno humano. Sobre isso, e demonstrando considerável preocupação nos critérios metodológicos e conceituais de tal empreitada científica, observava que:

[...] ao longo da evolução dos conceitos acerca das relações entre a natureza e a história, que as obras tanto de uma quanto de outra se tornaram plenamente manifestas a qualquer ponto de vista, perceber as influências que a primeira exerce sobre a segunda é, ao contrário, algo extremamente difícil, tanto que se pode encontrar a esse respeito muitos conceitos prematuros e arriscados, que permanecem, por isso, ineficazes e esquecidos, de modo que o que vemos sempre é o estudo ser retomado do início (ibidem, p. 33).

E essas dificuldades de entendimento das influências da natureza na história é o que levaram muitos a pensar que esse viés analítico fazia-se como equivocado logo a princípio. Havendo mesmo se instalado, já na época de Ratzel, a afirmação que o estudo das determinações mesológicas das sociedades era algo que beirava o impossível. Tese da qual Ratzel contrapunha-se afirmando laconicamente que a “[...] obscura e exagerada afirmação “o homem é produto do ambiente” é combatida com outra afirmação igualmente absoluta e pouco consistente” (ibidem, p. 54). Tese, também, geradora de um dualismo incomunicável onde “[...] ou se busca a explicação diretamente na natureza ou se nega a existência de quaisquer relações com esta: são sempre [estes] os dois velhos extremos que se repetem” (ibidem, p. 65). E exatamente dentro desse raciocínio é que se encontra o pleno sentido da

palavra *ponderar*. Afinal, pensava Ratzel, dizer que o meio geográfico é o único agente responsável na configuração dos fenômenos humanos era um absurdo que geógrafo algum deveria aceitar, mas, em contrapartida, dizer o extremo oposto seria o mesmo que querer perder seu próprio campo de estudo. Esse mesmo juízo, aliás, seria reafirmado, décadas mais tarde, por Max. Sorre, na seguinte assertiva: “Dizer que o meio geográfico explica todas as disposições psicológicas de um povo seria tão errado quanto negar-lhe qualquer tipo de papel” (1984, p. 86).

Porém, como realizar este difícil projeto antropogeográfico sem, contudo, recorrer nos antigos erros de formular “conceitos prematuros e arriscados”? Bem, para responder isso, há de se considerar que os ares que Ratzel respirava, compostos de plena positividade do conhecimento racional e científico, não o deixavam fazer passar o pensamento que se houvera um momento, dentre todos na história das ideias, mais adequado para o início bem fundamentado das investigações mesológicas, este era, sem dúvida, justamente aquele que vivia. A ponto de crer que a ciência bem aplicada da época faria do reconhecido risco do “estudo ser retomado do início” algo apenas vinculado ao passado envolto nas filosofias embasadas, muitas vezes, em metafísicas improváveis das quais Ritter e tantos outros caíram. Ratzel tinha convicção que o rigor metodológico na investigação possibilitaria a feitura de leis universais e necessárias passíveis de serem verificadas empiricamente. É dessa certeza pela busca de regularidades que o fazia afirmar, por exemplo, que:

[...] tudo que se refere à natureza, ao ambiente, é imutável em comparação àquilo que se refere ao homem. Do mesmo modo que a onda quebra sempre da mesma maneira contra determinada forma de rocha, ocorre também que determinadas condições naturais impõem ao movimento da vida sempre as mesmas vias e, renovando-se perenemente, colocam sempre e no mesmo sentido obstáculos ou limitações (1990, p. 32).

Condições mesológicas como altitude, temperatura, vegetação, continentalidade e outras tantas afins, emergiriam para Ratzel como estudáveis, uma a uma, para doravante formar um inventário holístico das influências que determinado meio apresentaria aos seres viventes. Tal somatória descreveria os obstáculos e limitações impostas por aquele meio às sociedades em que o habitavam. No entanto, faz-se bem presente em Ratzel a consciência da

impossibilidade de uma única ciência objetivar compreender todas as possíveis influências exercidas pelo meio. E por isso procurou esclarecer o que tangeria ao estudo geográfico e o que, dessas múltiplas influências, devesse ser delegado às outras ciências. Para tanto, considerou – na busca de um objeto próprio na divisão das ciências – que os problemas puramente geográficos são aqueles derivados “[...] *das influências que as condições naturais exercem sobre o modo de ser do homem ou sobre sua atividade*” (ibidem, p. 104). E esse “modo de ser” deve ser compreendido sob duas maneiras distintas, porém, complementares. Primeiro, como as determinações que o meio impõe para certo povo; ou seja, o meio entraria como recurso explicativo, por exemplo, da expansão territorial, da densidade populacional e das características fisiológicas gerais de uma população. E sob o segundo aspecto, como algo muito assemelhado ao conceito de cultura. Ou seja, dizendo respeito às diferentes fórmulas resolutivas humanas para sua sobrevivência encontradas no embate travado em diferentes meios deparados na sua contínua jornada pela superfície terrestre. Dessa feita, e na tentativa de um resumo dos seus ideais para sua nova ciência, Ratzel apresentou, delimitando o que abrangeria ao estudo geográfico, quatro influências fundamentais que a natureza exerceria sobre o “modo de ser do homem”; são elas:

1ª) Uma influência que se exerce sobre os indivíduos e produz nestes uma modificação profunda e duradoura; primeiramente ela age sobre o corpo e sobre o espírito do indivíduo e é por sua natureza fisiológica e psicológica; e só mais tarde passa assim ao âmbito da história e da geografia, isto é, quando se estende a povos inteiros. 2ª) Uma influência que direciona, acelera ou obstaculiza a expansão das massas étnicas. Esta determina a direção da expansão, sua amplitude, a posição geográfica, os limites. 3ª) Uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo que se exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem o seu isolamento e por isso a conservação e a reafirmação de determinadas características, ou facilitando a miscigenação com outros povos e portanto a perda das próprias características. 4ª) Finalmente uma influência sobre a constituição social de cada povo que se exerce ao oferecer-lhe maior ou menor riqueza de dotes naturais, ao facilitar-lhe ou tornar-lhe difícil primeiramente a obtenção dos meios necessários à vida, e depois dos meios necessários ao exercício da indústria e do comércio e depois a obtenção da riqueza por meio da troca (ibidem, p. 59-60).

Ratzel completa a exposição desses quatro tópicos mostrando que as três últimas influências são diretamente concernentes ao âmbito do estudo geográfico. Enquanto que a primeira deveria tornar-se um objeto para o geógrafo somente

quando as características individuais se generalizassem no âmbito daquela sociedade.

Embora se mostrando rigoroso na delimitação dos fenômenos objetivos aos quais os geógrafos deveriam se ater, Ratzel não deixou evidente em sua *Antropogeografia* o mesmo cuidado em delimitar e definir conceitos como natureza, meio, ambiente, território e vários outros conceitos relativos a tudo que se faz como alteridade do ser humano, ou seja, tudo o que existe e que não é o próprio homem. Assim, apesar de parecer recorrentemente em seus escritos, o conceito de meio não assume um rigor de ordem formal. Ou seja, a terminologia *meio* em Ratzel não é preservada plenamente, sendo por diversas vezes *sinonimada* por outras formas conceituais como território, solo e natureza. Entretanto, nem por isso, poderíamos deixar de considerar que o *meio* ao qual fala Ratzel se faz como um conceito fundamental para compreendermos o pensamento desse geógrafo por, sobretudo, trazer um conteúdo rico o bastante para embasar grandes geógrafos posteriores. Notadamente, o *meio* ratzeliano, além dos atributos físicos e biológicos, é composto também de elementos de ordem humana. Ratzel expunha que a “[...] maior parte das influências que a natureza exerce sobre a vida espiritual do homem se manifestam através das condições econômicas e sociais que por sua vez estão intimamente ligadas entre si” (ibidem, p. 64). E, também, que quando “[...] dizemos: “este povo é produto do território em que habita”, esquecemos que sobre esse povo se manifestam as influências hereditárias de muitos territórios que já foram habitados por seus progenitores” (ibidem, p. 68-69). Assim, podemos notar que Economia, Sociologia e História apresentam-se associadas à Biologia, Climatologia e Geologia; sempre com o cuidado de investigar as influências exercidas de um meio tomando quais delas se faziam com o maior potencial explicativo para determinado fenômeno. Sobre isso, por exemplo, para saber da origem das características fisiológicas de um povo – em específico, a cor da pele – não poderíamos apenas considerar a presente relação estabelecida entre este povo e seu meio atual; mas, também, devemos investigar a história migratória desse povo para compreendermos quais foram suas sucessivas transformações adaptativas forjadas em diversos meios dos quais percorreram. Facilmente podemos notar que uma investigação desse tipo envolve uma gama de disciplinas que se reúnem sob

um mesmo aspecto, a saber: a necessária ligação do homem com a Terra, que em outras palavras, pode bem ser compreendida como uma ligação de tipo *geográfica*. Daí podermos dizer, junto com Ratzel, que se há legitimidade científica à Geografia, esta se encontra na ligação fundante homem/meio, onde, por decorrência, afloram-se determinações recíprocas.

Sem dúvida, a grande contribuição de Ratzel no tocante ao conteúdo do conceito de meio foi o de levantar o estandarte frente às outras ciências de que o meio ao qual se encontra certo povo deve ser considerado como recurso explicativo na tentativa de compreensão deste próprio povo. Ratzel fundou sua Antropogeografia sob a busca científica das determinações mesológicas. Se terminologicamente este autor não se ateve tanto numa precisa designação do meio, como dito, *sinonimando-a* a todo o momento; em termos de conteúdo, por contrapartida, foi amiúde nas análises de diversos fatores que compunham as tantas influências que o meio poderia exercer nos *modos de ser* do homem. Daí podermos concordar com Richard Peet, lembrado por Paulo Gomes, que “[...] o determinismo ambiental foi a entrada da geografia na ciência moderna” (1996, p. 189). Ou seja, a Geografia funda-se como ciência moderna ao chamar para si, na figura de Ratzel, a responsabilidade de procurar as determinações mesológicas sobre as sociedades humanas. Contudo, Peet diz *determinismo* e não *determinação*. Caso que aqui nos obriga pausar e a refletir sobre uma intrincada questão que sempre se levanta quando a questão do *meio* é posta, a saber: o que é determinismo e o que, por sua vez, seria determinação?

Bem, uma resposta sumária para essa pergunta seria: determinação é aquilo que singulariza um ser, aquilo que lhe dá uma identidade. É neste sentido que Henri Lefebvre fala que: “O ser é sempre *ser determinado*” (1975, p. 135). Jamais, então, existirá um *ser* se este não for um *ser determinado*; e isso, faz-se independente da escolha do tipo de lógica pela qual se fará a determinação do ser. As determinações, assim, far-se-iam com os instrumentos lógicos para, ao cabo, lograrmos as características próprias de um ser. Sendo que a síntese das determinações do ser nos daria o ser como uma totalidade, em sua plena identidade. Daí, também, o porquê de cotidianamente falarmos “determinado ser” quando queremos nos referir a certo tipo de ser. O preenchimento das categorias de nosso entendimento do

mundo faria com que as coisas em nosso ambiente fossem se singularizando; fossem se diferenciando das demais. Assim, determinação – num primeiro momento, ainda sob a égide da lógica formal – não é senão o próprio atributo de análise e identificação dos entes no mundo. Jamais poderíamos dizer uma palavra sobre uma coisa se antes não a tivéssemos separado do resto que lhe envolve. Em suma, determinar é buscar entender e identificar o que faz tal coisa, precisamente, ser tal coisa³.

Já aquilo que se compreende por *determinismo* não teria um status lógico tão bem assegurado, seria como um pesar a mão sobre uma das determinações próprias de um ser. Ou seja, na busca por explicar o ser do fenômeno através de quais determinações o fizeram ser do modo que é, estaremos sempre correndo o risco – necessário, por sinal – de errarmos na medida dessa determinação; quando erramos para menos, vemos que algo na explicação daquele ser nos faltou, sua essência torna-se, por decorrência, fugidia; já quando erramos para mais, vemos que certa explicação encontrada para aquele ser não se faz ser assim tão influente. Do primeiro, estaríamos cometendo um esquecimento em nossa explicação, e do segundo, estaríamos cometendo um exagero ao querer explicar o ser sobre apenas certo tipo de determinação, estaríamos, assim, sendo deterministas. De tal modo, não poderíamos dizer que há de um lado determinação e de outro determinismo, em verdade, não há nem mesmo a possibilidade de haver dois lados; o que unicamente existe é a determinação, enquanto que o determinismo é um nome dado para uma determinação julgada como equívoca e exagerada. Por isso que Wooldridge e East

³ O princípio da não-contradição faz-se válido e necessário para a apreensão formal do objeto. Isso para dar e conservar sua identidade. Assim é que recortamos sua forma – procedimento do qual a categoria *espaço* é fundamental – dos demais elementos do meio ao qual estamos. A negação nesse estágio lógico é: “cadeira não é mesa, cadeira é cadeira” (A não é não-A); é, então, negação de tipo formal, negação externa, analítica. É o primeiro passo para o entendimento do meio. Negação que separa os objetos do meio e, ao mesmo tempo, funda-os em suas identidades. Daí é que o ambiente inicialmente disforme passa a ganhar suas formas. Mas se perguntarmos “o que não é cadeira?” teremos dois tipos de resposta em níveis hierárquicos de conhecimento. Primeiro responderemos que cadeira não é caneta, não é mesa, não é luminária, enfim, não é o meio onde está. Teremos nesta resposta a identidade negativa formal desta cadeira. Porém, num segundo passo, responderemos que cadeira não é árvore, mas não no sentido de não ter a forma de árvore, mas sim no sentido de ser a própria negação daquilo que um dia foi árvore, sendo mais bem expressa como “cadeira é não-árvore” (A é não-A). Teremos, então, uma resposta cuja identidade negativa concreta da cadeira faz-se por relevar. Respondendo que cadeira é não-árvore penetramos no conteúdo do conceito; penetramos naquilo que deixou de ser árvore para *transformar-se* em cadeira. Sob a lógica formal os elementos do meio estão numa relação de exterioridade absoluta com determinado ser, sua compreensão e extensão encontram-se numa relação inversa; já sob a lógica dialética, o meio é o que traz a particularidade do ser, pois a relação com o meio agrega essencialidade para este ser, fazendo, por consequência, que sua compreensão e extensão progridam conjuntamente (LEFEBVRE, 1975; MARTINS, 1996).

afirmaram que: “Só os geógrafos que optam por assumir o papel de amadores propensos a estabelecer sutis distinções de palavras caem, persistentemente, em armadilhas de sua própria criação da palavra ‘determinismo’” (1967, p. 35). *Determinismo e determinação* são, portanto, coisas que podem apenas ser distintas em grau de aceitação da veracidade. E o critério daquilo que faz que uma explicação seja bem determinada, ou determinista, é o contexto de julgo dos pares. Desse modo, por exemplo, alguém que querendo explicar a origem das diferenças de cor de pele dos seres humanos lance mão de argumentos geográficos – dizendo que o fato de populações humanas originárias com pele negra migrarem da África setentrional para as altas latitudes europeias foi um dos principais motivos para se tornarem, na passagem de algumas dezenas de milhares de anos, mais esbranquiçadas – está propondo entender o fenômeno *cor da pele* sob uma determinação de ordem geográfica⁴. Porém, pode outro vir e dizer que esta explicação está equivocada por ceder espaço demais aos motivos da diferenciação da cor da pele às determinações geográficas; daí este crítico do primeiro estaria vendo na explicação geográfica deste fenômeno, uma explicação de cunho determinista. Mas, não devemos nos confundir, procurar determinações é a primeira e a última tarefa de qualquer cientista, e uma ciência que não busca determinações de seu objeto nos fenômenos do mundo jamais se firmaria como tal.

Trazendo novamente essa discussão para Geografia, e mais precisamente para Ratzel, podemos compreender que este autor fundou a Antropogeografia como uma ciência pautada na busca das determinações mesológicas, onde as múltiplas determinações do meio geográfico em que os seres se encontram também fazem parte das suas explicações. Todavia, obviamente, que por ser pioneiro e por dispor de um aparato teórico desenvolvido, este geógrafo apresenta passagens donde o peso que dá às explicações, ou melhor, às determinações meso-geográficas na marcha dos povos, faz-se hoje considerado, por muitos, demasiado. E é por isso que Ratzel aflora, dentro de diversas interpretações da história das ideias

⁴ Caso que foi motivo de apreciação nos escritos de Ratzel (1990), Reclus (1985), Vidal de La Blache (1946), Demangeon (1982) e Sorre (1984).

geográficas, ainda sob o estigma de ser um determinista inveterado⁵. No entanto, não podemos deixar de considerar que muito dessa interpretação deve-se, também, a explanação contrária à metodologia do geógrafo alemão, amplamente difundida na Geografia, do historiador Lucien Febvre⁶; que, negando a busca por influências mesológicas, conclui sua obra *A Terra e a evolução humana* dizendo: “É um problema de “relações” e não de “influências”. Relações: eis um termo são, sem um pesado passado nebuloso e obscuro: sem ocultismo. [...] Que relações mantêm as sociedades de hoje com o meio geográfico presente? Tal é o problema fundamental – o único – posto pela geografia humana” (1954, p. 717). Nesta passagem – afora a patente e temerária exclusão da investigação de qualquer tipo de geografia histórica, posto que o “presente”, e somente ele, seria objeto próprio de análise dos geógrafos – Febvre propõem uma substituição do termo *influência* para o de *relação* argumentando que assim resolveríamos o “problema” dos geógrafos em estarem sempre querendo buscar as determinações geográficas das sociedades. Porém, como já aventado, é possível uma ciência existir se não procurar determinações de seu campo de estudo? Ou melhor, o que pode querer um geógrafo do que outra coisa senão desvelar o conteúdo geográfico da realidade? Ora, logo podemos atinar que dizer que a Geografia deve estudar as *relações* e não as *influências* é reduzir-se ao âmbito retórico; afinal, haveria outro modo de estudar as relações entre o meio e o homem se primeiro não estabelecermos as suas recíprocas determinações, ou seja, as suas *co-influências*? Fosse de outro modo, o ocultismo das influências, evidenciado por Febvre, recairia sob o que se quis dizer, então, com tais “relações”. A dubiedade desta argumentação faz-se de tal modo que poucas linhas ulteriores separam a enfática proposta das relações como “a única tarefa do geógrafo” da passagem: “Para agir sobre o meio, o homem não se coloca fora dele. Não vai

⁵ Talvez, dentro da história do pensamento geográfico, quem, mais do que Ratzel, carregue a alcunha de ter sido *determinista*, seja Ellen Churchill Semple, uma de suas principais discípulas. Porém, podem Ratzel e Semple terem pesado demasiadamente a mão em algumas de suas explicações geográficas da realidade, no entanto, como afirmou Richard Hartshorne, ambos nunca “[...] supuseram que o meio natural fosse determinante de maneira absoluta” (1978, p. 61).

⁶ Segundo Wooldridge e East: “O arrazoado contra o determinismo foi exposto de maneira clara, quase violenta, por Lucien Febvre. Existe mesmo a possibilidade de o pêndulo ter oscilado por demais, pois os geógrafos se tornaram extremamente sensíveis à acusação de ‘determinismo’” (1967, p. 33). A decorrência disso foi que: “A crítica exarcebada ao ‘determinismo geográfico’ obnubilou ou obscureceu a análise das influências do ambiente sobre o social” (UNWIN, 1992, p. 262).

escapar à sua influência no preciso momento em que procura exercer a sua própria *influência* sobre ele” (idem, p. 718, grifo nosso). Ou seja, Febvre, ao tentar resolver a questão da determinação geográfica por meio da simples substituição de termos, acaba por se trair em poucas palavras à frente. Mas, em verdade, não há nada de negativo em querer entender as determinações geográficas – ficando claro que nelas também estão contemplados os aspectos humanos – pois, esse é o mote próprio de nossa disciplina que, como todo conhecimento, se mostra ao longo do tempo falho em alguns de seus feitos, mas que busca aprimorar-se, refinando seus conceitos e técnicas, constantemente.

Assim, quando Richard Peet diz que o determinismo ambiental – ou, em outras palavras, o determinismo mesológico – foi a porta de entrada da Geografia nas ciências modernas, podemos interpretá-lo sob dois modos. Primeiro, sob a argumentação febvrea de que a Geografia errou a princípio por querer reconhecer as determinações do meio nas sociedades humanas; erro apenas solucionado com o aparecer da metodologia que denominou *possibilista*. E segundo, sob o entendimento que o próprio cerne investigativo da Geografia é saber bem ponderar, junto às outras ciências, qual é o papel das determinações mesológicas no rumo das sociedades. Ou seja, enquanto que a primeira fórmula relega às determinações do meio a um caráter secundário, dando ao ser humano poderes supremos de arranjar e rearranjar a geografia a sua vontade; a segunda fórmula levanta as características do meio de modo a se apresentarem como dificuldades e/ou possibilidades às ações humanas, bem marcando o papel da geografia na história humana. Mas, então, qual desses juízos estaria correto? Bem, deixemos a resposta do impasse com o próprio autor que Febvre elegeu como o líder dos possibilistas⁷. Paul Vidal de La Blache, ao comentar sobre as metodologias utilizadas para se compreender o fenômeno humano, disse: “Parte-se do homem para chegar ao homem; representa-se a Terra como “a cena em que se desenrola a atividade do homem”, sem refletir que a própria cena tem vida. O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que certo gênero de determinismo atuou no decurso dos acontecimentos da História” (1946, p. 25). Neste ponto, algo se faz patente. Se há

⁷ “[...] os ‘deterministas’ à maneira de Ratzel e os que poderíamos talvez chamar os ‘possibilistas’ à maneira de Vidal de La Blache” (FEBVRE, 1954, p. 430).

alguma interpretação de que o pensamento de Ratzel, em relação às influências que o meio exerce na história, é de cunho determinista e que este tipo de raciocínio só foi corrigido por um possibilismo de tipo labachiano, esta, só mesmo se deu na concepção de Lucien Febvre (MOREIRA, 2006), pois as obras de Ratzel e Vidal de La Blache denotam franca concordância teórico-metodológica. Assim, iniciar um estudo sobre o sentido do conceito de meio na história do pensamento geográfico pondo-o de pronto, e sem maiores questionamentos, no impasse binomial determinismo/possibilismo é algo um tanto desaconselhável no tocante à inadequação lógica da proposta⁸.

Todavia, se Vidal de La Blache mostra-se em consonância de objetivos em relação à proposta antropogeográfica de Ratzel, há de se apontar, em contrapartida, que este pensador francês apresenta alguns pontos de interesse específicos em sua interpretação geográfica da realidade que devem ser ressaltados enquanto avanços teórico-metodológicos para a nossa disciplina. E algumas dessas contribuições incidiram, precisamente, na abordagem conceitual do *meio*. Se Ratzel marcou a história do pensamento geográfico ao levantar as determinações mesológicas como investigação própria da Geografia sem, no entanto, tratar o conceito de meio com um grau de precisão adequado para distingui-lo de outros. Já, com La Blache, este conceito será beneficiado não só pela maior preocupação que este autor teve de deslindá-lo, mas, também, por inseri-lo numa rede conceitual onde potencializou sua capacidade de explicação dos fenômenos aos quais se destinava elucidar.

Segundo Paulo Gomes, quatro são os principais conceitos formadores da teia conceitual vidalina, a saber: “[...] organismo, meio, ação humana e gênero de vida” (1996, p. 198). Sendo o conceito de meio a base para o arranjo dos demais, pois compreenderá a síntese de todas as determinações naturais e sociais que

⁸ Milton Santos já havia apresentado uma excelente síntese dessa argumentação elucidada na passagem: “[...] a noção de determinismo não suprime a ideia de possibilidade, e, ao contrário, a reforça. Quando Vidal de la Blache escreve que ‘não existem necessidades, mas em toda a parte existem possibilidades’ trata-se de uma verdade banal. O reino do possível não é o mesmo do aleatório, mas o da conjunção de determinações que juntas se realizam a um dado tempo e lugar. Não se trata aqui de ‘fatalidades’, nem no chamado possibilismo nem no determinismo, se a palavra é tomada com a conotação que os possibilistas lhe deram. A verdade é que, fora da geografia, antes, durante e depois deste debate, as palavras *determinação* e *determinismo* puderam ser utilizadas sem corruptela. Essa querela serviu apenas para retardar a evolução da geografia; e a noção de possibilismo, por isso mesmo, jamais conseguiu desenvolver-se de maneira satisfatória” (1978, p. 26).

resultam no entorno do homem. Deste modo, meio, nas palavras de Vidal, será assim apresentado:

Sob este nome de *meio*, grato à escola de Taine, sob o de *environment*, de emprego frequente na Inglaterra, ou mesmo sob o de ecologia que Haeckel introduziu na linguagem dos naturalistas –, é sempre idêntica preocupação que se impõe ao espírito, à medida que melhor se descobre a íntima solidariedade que une as coisas e os seres. O homem faz parte deste encadeamento; e nas suas relações com o que o rodeia, ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto será uma ou outra coisa. [...] Assim, esta noção de meio, que se resumia outrora numa fórmula demasiado simples, não cessa de se complicar em função do progresso do nosso conhecimento do mundo vivo; mas essa mesma complicação permite definir aquela noção com maior rigor (1946, p. 148).

Vemos nesta passagem a preocupação em bem precisar o entendimento que se tinha sobre tal conceito, remetendo-o, para isso, à sua epistemologia e à sua etimologia. Interessante, também, faz-se a referência à Taine e Haeckel como forjadores do termo além, é claro, de, mais uma vez, ressaltar a necessidade de ponderar quais seriam as principais determinações que o compreenderiam. Ou seja, Vidal diz que quanto mais estudamos este complexo de determinações que formam as características próprias que cada meio, mais e mais nos vemos envolvidos com determinações que anteriormente não considerávamos. De tal modo, a definição do meio estaria fortemente vinculada ao grau de apreensão das relações de seus determinantes. E o homem, para o autor, deve ser entendido como parte integrante dos elementos formadores do meio. Compreendia que “[...] as associações humanas, do mesmo modo que as associações vegetais e animais, compõem-se de elementos diversos submetidos à influência do meio” (idem, p. 35) e que “[...] os fatos de Geografia humana ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas” (ibidem, p. 26). Algo precisamente correlato às apreciações ratzelianas, posto que para ambos as referências teóricas sobre as relações homem/meio proviam da síntese almejada pela então incipiente Ecologia. No entanto, há em La Blache uma preocupação da qual Ratzel até se ateve – porém, em menor grau – de entender quais foram as respostas das diversas sociedades humanas em contato com seus respectivos meios. Ou seja, Vidal,

entendendo ser necessária a compreensão de todas as determinações que o meio exerceria sobre as sociedades, busca se concentrar na questão de como que a cultura cumprirá o papel de uma sobredeterminação àquelas de origem física e biológica. Mesmo buscando enfatizar as respostas humanas aos condicionamentos mesológicos, La Blache não deixa de reconhecer que: “As causas físicas, cujo valor os geógrafos se tinham anteriormente esforçado por encontrar, não devem por isso ser desprezadas; importa sempre marcar a influência do relevo, do clima, da posição continental ou insular sobre as sociedades humanas; mas devemos encarar seus efeitos no homem e no conjunto dos seres vivos, simultaneamente” (ibidem, p. 36). Ponderando, contudo, que: “Nenhuma destas causas pode ser desprezada; nenhuma, também, é suficiente. Tudo o que se refere ao homem é contingente” (ibidem, p. 50).

Emmanuel de Martonne – no prefácio da obra *Princípios de geografia humana* de seu mestre, a qual também coube a tarefa de organizar – nos dá bem os indícios da contribuição vitalina na relação homem/meio, dizendo:

O meio, complexo de condições variadas de clima, solo, associações vegetais, posição, situação, relevo, atua sobre os grupos humanos; estes respondem, reagindo, adaptando-se ativamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece. Não há aqui uma relação de causa e efeito, mas de excitação e reação, pois não vemos que as mesmas causas geográficas produzam os mesmos efeitos (1946, p. 10).

O que quer dizer que por não encontrarmos as mesmas respostas dos diferentes tipos de sociedades em condições mesológicas idênticas, não poderíamos ter metodologicamente o mesmo princípio de causa e efeito do qual, por exemplo, poderíamos utilizar em certas análises de biogeografia. Pois algo faz o homem escapar deste princípio, algo que La Blache reconhecerá como fundamento próprio dos humanos e, também, como necessária etapa teórica para compreensão das diferentes culturas; esse algo é, precisamente, a “contingência”.

Os seres humanos, para Vidal, são seres naturais tais quais quaisquer outros seres, e, por isso, sofreriam as mesmas determinações impostas a todo ente natural. Devem se alimentar, se abrigarem, se reproduzirem visando apenas prolongar o fim obrigatório que a morte lhes impõe. No entanto, nesta luta constante

por sobrevivência a humanidade foi, de geração em geração, aprimorando cognitivamente seu relacionamento com a natureza. E esse desenvolvimento avançado se deveu ao aprimoramento do cérebro, pois a partir dele o homem:

[...] dirigiu o seu esforço para aquilo que criava em seu proveito como uma novidade, para o que tinha o atrativo de uma invenção; e nesse esforço encontrou o prazer que os animais mais bem dotados para corrida ou para o ataque sentem no exercício da sua agilidade ou da sua força. Podendo dispor dos braços para alcançar e dos dedos para modelar a matéria, criou o instrumento. Em contraste com os lírios “que não fiam” [alusão do autor ao evangelho de São Mateus], ele próprio provê a proteção do seu corpo. Quanto à velocidade, buscou-a no animal e, depois, nas energias acumuladas na matéria. Há como que um princípio imanente de progresso nestes conflitos que nascem das necessidades do meio (VIDAL DE LA BLACHE, 1946, p. 154).

E a capacidade inventiva gerada pelo desenvolvimento cerebral que o homem obteve ao enfrentar as intempéries do meio fez com que a contingência, a liberdade, emergisse em sua ação. Assim, a *ação humana* é diferente da ação de qualquer outro animal, ou ser vivo, por ser regida pela liberdade de escolher como responder de maneira criativamente própria os desafios impostos pelo meio à sua sobrevivência. “Seus atos não são unicamente resultados de uma composição de forças externas. Ele escolhe as possibilidades com que lhe brinda a natureza” (2003, p. 142), complementaria Max. Sorre. E as respostas que os homens deram aos desafios do meio reuniram-se em um arcabouço de saberes técnicos que nomeou por *gêneros de vida*; conceito do qual, podemos dizer, que não é, senão, o conceito de cultura em sua configuração territorializada. Isso, por exemplo, é bem expresso na definição que Max. Sorre dá ao conceito de seu mestre: “Entende-se gênero de vida por um conjunto coletivo de atividades transmitidas e consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua existência em um meio determinado. Um conjunto de técnicas adaptativas do homem e do meio, no que comportam elementos mentais e intelectuais” (2003, p. 140-141).

Por sua vez, o conceito de *gênero de vida* forma com o conceito de *meio* um par, ambos sendo como faces de uma moeda, jamais podendo ser compreendidos um sem o outro; pois, como lembra Ruy Moreira: “O meio geográfico aparece sempre que o gênero de vida é considerado” (2008, p. 167). Assim, os grupos humanos – frutos de um afloramento unitário e casuístico da evolução natural – a

partir do momento em que tomaram posse de atributos cognitivos que lhe proporcionaram certa margem de escolha para suas sobrevivências, formaram tradições diferenciadas entre si, pautadas nas distintas escolhas de relacionamento com o meio do qual se alocaram. Na verdade, estes meios, com o passar de gerações, resguardaram a própria face dos gêneros de vida destas populações. Como dizia Fernand Braudel, “[...] a terra, como nossa pele, está condenada a conservar as marcas das antigas feridas” (1991, p. 25). Ficando para nós, intérpretes dessas geografias humanizadas, dessas “rugosidades” (SANTOS, 1991), no decorrer de uma longa duração, uma sensação de até impossibilidade de diferenciação entre estes dois conceitos: *meio e gênero de vida*.

A cultura expressa geograficamente por Vidal como *gênero de vida* não é, também, mais que uma expressão da própria natureza. E nisso o autor comunga com Ratzel, que sua vez, comungou com Darwin. O homem não faz outra natureza ao criar seu meio, mas tão somente escolhe desigualmente para seu uso aquelas espécies e materiais que lhe serão úteis. “O homem tomou partido”, dizia Vidal (2005, p. 115); agindo como um selecionador natural. Modificando a natureza a partir de suas próprias entranhas. “A ação do homem tira o seu poderio dos auxiliares que mobiliza no mundo vivo: plantas e animais domésticos, porque dá assim impulso a forças em potência que, graças a ele, encontram campo livre e agem” (idem, 1946, p. 39). Assim, “[...] a natureza age como estímulo” (ibidem, p. 262) e o homem “[...] obedecendo aos seus impulsos e aos gostos próprios, humaniza, para seu uso, a natureza ambiente” (ibidem, p. 264).

Contudo, esta ação humana dentro da natureza não é pela busca de sobrevivência simples. Os gêneros de vida são a síntese das projeções e definições que os grupos humanos fizeram de si mesmos. A contingência aflorada no cérebro do homem libertou-o parcialmente das estritas regras naturais. Vidal parece bem inclinar-se a favor da afirmação que a explicação ser vivo/meio oferecida por Darwin não se dá como plenamente satisfatória quando nos referimos ao homem. Pois se as mesmas determinações naturais não geram as mesmas formas de sobrevivência humana, por decorrência, os impulsos humanos não podem, assim, serem apenas por sobrevivência. Há algo no gênero de vida que foge às regras explicativas puramente naturalistas; algo arbitrariamente escolhido pelas sociedades. E esse

algo é, precisamente, sua singular concepção de existência; afinal: “Os instrumentos que o homem põe ao serviço da sua concepção de existência derivam de intenções e de esforços coordenados em vista de um modo de vida. Por isso, formam um conjunto encadeiam-se, e revelam uma espécie de parentesco entre eles. Uma aplicação atrai outra” (ibidem, p. 263). E esse “modo de vida”, ao qual fala o autor, é o que reordena o valor de uso dos meios aos quais as sociedades estão postas. Então, não é a pura materialidade do meio que explica os gêneros de vida dessas, mas, o que as explica, é o como que suas diversas concepções de existência selecionam valorativamente e diferencialmente os elementos alocados naquele meio. É por isso “[...] que se pode dizer-se que as causas geográficas não agem sobre o homem senão por intermédio dos fatos sociais” (ibidem, p. 142).

Portanto, o conceito de meio para La Blache, em absoluto, não determina menos que o de Ratzel. O *meio* lablachiano traz, somadas às considerações de Ratzel, a ênfase de ser um produto da contingência humana gerada a partir das relações *orgânicas* para com o meio natural. Se Ratzel inclinou-se na busca por entender as determinações do meio, Vidal, por sua vez, buscou entender como a contingencial *ação humana*, a liberdade de criar, gerou novas determinações aos homens a partir do acúmulo de seu saber fazer, de sua técnica, enfim, de seu *gênero de vida*. Deste modo, Vidal, ao contrário que o binômio determinismo/possibilismo possa vir a passar, não reduz as determinações do meio ratzeliano, mas, ao contrário, as amplia ao envolver as ações técnicas humanas às determinações naturais. A cultura territorializada, o gênero de vida, passa a ser, assim, mais uma e importante chave de entendimento das determinações do meio.

Os avanços obtidos por Vidal de La Blache, no que tange ao conceito de meio, foram objeto de sistematização por parte de um seus mais destacados discípulos: Albert Demangeon. Vivenciando um contexto em que as disputas por cátedras em universidades faziam os pesquisadores estarem sempre vigilantes no tocante a sua fronteira disciplinar; tal autor – num ensaio publicado postumamente, em 1942, intitulado *Uma definição de geografia humana* – busca demonstrar os recortes do real que fariam, ao cabo, dar-nos o apropriado objeto à nossa ciência. Dentro deste intuito, constrói um arranjo argumentativo donde inicialmente lança uma definição ampla de geografia humana e vai reduzindo sua esfera de

abrangência até atingir o juízo que considera como o próprio cerne investigativo da Geografia.

Neste ensaio, Demangeon (1982), da mesma forma que outros geógrafos que o antecederam, inicia reconhecendo o primado teórico da geografia científica nos esforços de sistematização de Humboldt e Ritter por tentarem, cada qual ao seu modo, compreender as esferas do homem e do meio de maneira conjunta. Partindo deste reconhecimento, lança a primeira definição da qual considera como própria da Geografia: 1ª o estudo do homem com o meio físico; compreendendo por meio físico tudo aquilo que estaria envolto ao homem e que fosse de origem natural. Tal definição, portanto, excluiria do *meio* todo o imaginário e a materialidade forjada sob os ditames da cultura. Porém, tão logo ao expor esta tese, rapidamente procura rebatê-la avaliando que a abrangência da definição faria com que a ciência geográfica não dispusesse de rigores analíticos por querer abarcar, por exemplo, explicações que deveriam ser tarefa apenas de médicos e antropólogos, como as relações fisiológicas individuais entre a cor da pele e a incidência de luz solar. Assim, faz sua primeira retificação da tese lançada, dizendo que a Geografia não deveria se ater aos problemas de ordem individual; como havia dito La Blache, o fenômeno humano, para Geografia, só deveria ser considerado como um agrupamento, sendo que tudo que fosse além disso, deveria ser delegado para pesquisadores de outras áreas. Assim, caberia à Geografia: 2ª o estudo dos agrupamentos humanos com o meio físico. Mas, novamente, Demangeon não demora em pontuar certa imprecisão na tese levantada. E, dessa vez, argumentando que não devemos reconhecer os elementos do meio somente de origem natural, diz que há uma distinção necessária de termos que devemos considerar. Quando dizemos *meio físico* estamos apenas considerando elementos de origem natural do meio, mas quando nos referimos a *meio geográfico* então estaríamos nos referindo não só aos elementos de origem natural, mas também aos elementos construídos pela sociedade humana. Daí resulta sua definitiva tese sobre o que concerniria o estudo da Geografia; esta ciência deveria se voltar ao: 3ª estudo dos agrupamentos humanos com o meio geográfico.

A sistematização que Demangeon faz do objeto da Geografia tem importância por nos guiar na metodologia de nossa ciência. Ocorre que, por outro

lado, é difícil vermos nela grandes avanços ou inovações teóricas quando nos focamos apenas em sua oferecida definição de meio. Isso, pois a distinção entre meio físico e meio geográfico não parece conseguir se sustentar por muito tempo se posta sob uma análise crítica. Resultando até por ser problemática se levada ao pé da letra; pois, afinal: o meio geográfico seria uma coisa e o meio físico outra? Uma região do planeta não modificada pelo homem não seria, então, um meio geográfico? E o meio – tanto o físico, quanto o geográfico – seria propriamente o quê, antes de sua distinção? Tais dúvidas levantam a suspeita de que o que pode ter prejudicado a definição de Geografia de Demangeon talvez tivesse sido uma presente ambiguidade no conceito de meio central em seu juízo. Mas não faltou à Geografia alguém que, atendo-se a isso, repousou devida atenção a esta peça chave de nosso vocábulo conceitual; e esse alguém foi Maximilien Sorre.

Como vimos, Ratzel foi o primeiro a levantar a temática das determinações do meio; Vidal de La Blache, por sua vez, tratou de inserir este conceito numa teia conceitual fundando-o e habilitando-o a ponto de ser considerado um conceito próprio de nossa ciência; Demangeon, seguindo o caminho do mestre, buscou dar um passo adiante nesse enredo ao especializar o conceito de meio numa cisão entre natural e geográfico, fazendo com que o segundo, na relação com a sociedade erguesse como o próprio objeto da ciência geográfica. Mas, com os esforços de Sorre – contemporâneo de Demangeon e, também, discípulo de Vidal – é que o conceito de meio ganhará uma precisão tal que atingirá reflexões entremeadas por raciocínios ontológicos. Ou seja, Sorre se debruçará no questionamento sobre o que faz o meio ser o meio, em seus níveis mais básicos, almejando, assim, o que poderemos entender como o *ser* do meio; buscando o essencial da relação homem/meio. Pois, conforme destacou Fernand Braudel, “o homem que [Sorre] estuda é assim reduzido às bases, às condições primeiras de sua vida e recolocado, enquanto tal, nas condições geográficas do vasto mundo” (1978, p. 144).

Partindo da premissa que “[...] o primeiro problema da Geografia Humana consiste em elucidar as relações entre o homem e o meio, a partir do ângulo espacial” (2003, p. 138) e que “[...] re-criamos a cada momento nosso meio ao tempo que estamos submetidos a ele” (1984, p. 139), Sorre buscará descortinar amiúde as “[...] correlações entre o meio e as funções mentais do indivíduo ou do

grupo” (idem, p. 31). Igualmente, tendo a ação do meio como “[...] um pouco mais que uma simples hipótese de trabalho” (ibidem, p. 65) apoiará que “[...] todos os elementos do meio físico e social atuam sobre todos os aspectos da vida psíquica, em todos os graus do seu desenvolvimento” (ibidem). Portanto, diferente de Ratzel, Vidal e Demangeon, Sorre entende que a Geografia deve considerar o âmbito individual. Ou seja, as influências geográficas no indivíduo. Transpondo, assim, a noção de meio, antes somente encerrada como complemento de determinação ao grupo humano, à posição de par do indivíduo. Afora este acréscimo, Sorre – em artigo originalmente publicado 1954, intitulado *A adaptação ao meio climático e biossocial: Geografia Psicológica* – nos oferece a que pode ser considerada a maior preocupação de bem precisar teórica e metodologicamente o conceito de meio dentro da Geografia; ali, dizia:

Desviado de seu significado geométrico original, o termo *meio* refere-se ao conjunto das condições exteriores de vida do indivíduo ou do grupo. Na prática, tem o mesmo valor que *ambiente* ou *meio ambiente*. Isto significa que os elementos que ele comporta não constituem um quadro inerte no âmbito do qual se situa a atividade do Ser. Ele representa mais do que um valor topográfico, pois seus constituintes estão estreitamente associados à execução de todas as funções vitais, uma vez que exercem, sobre qualquer forma de atividade, uma pressão ora de limitação, ora de orientação e uma vez que é, primeiramente, às suas expensas que se constrói a matéria viva. A palavra do apóstolo adquire aqui significado: *In ea vivimus, movemur et sumus*. Nós estamos mergulhados no meio e ele nos penetra de todos os lados. Afastemos então, imediatamente, um outro sentido da palavra *meio*, familiar aos biólogos, que falam de *meio interno* para designar o conjunto dos fenômenos que se passam no interior do organismo. Não temos de nos preocupar com isso aqui (1984, p. 31).

Somente nesta passagem podemos reconhecer, ao menos, oito ganhos conceituais ao termo *meio*, a saber: 1º por retirá-lo de qualquer apreciação de cunho matemático ou geométrico, cujos fundamentos encontram-se nas formulações iniciais de Newton; 2º por afirmá-lo como algo essencialmente negativo e relativo de um ser ou um grupo de seres; 3º por preocupar-se precisá-lo em sua terminologia assumindo-o como sinônimo conceitual de *ambiente* e de *meio ambiente*; 4º por reconhecê-lo como algo dinâmico e ativo na vida dos seres; 5º por iniciá-lo na fundamentação de uma perspectiva ontológica, generalizante, a partir do par ser/meio; 6º por transpô-lo de um valor apenas topográfico para um valor holístico,

como que se transmutando-o de uma imagem plana, tópica, para de uma esfera envolvente ao ser; 7º por trazê-lo como complemento de determinação dialética do conceito de vida e; 8º por afastar qualquer preocupação por parte dos geógrafos em querer tratar do meio interno – conceito muito tematizado por fisiologistas do fim do século XIX como Claude Bernard, Haldane e Walter Cannon – delegando-o a ser somente a alteridade do ser vivo, ou o complemento inorgânico exterior do orgânico.

Para conseguir resultados no estudo da complexidade da qual o meio se apresenta Sorre propôs desmembrá-lo em três complexos sobrepostos, a saber: 1º o climático, 2º o vivo e 3º o social. Do primeiro, afirmava que “[...] as disposições nervosas e os estados mentais são influenciados pelos movimentos da atmosfera, isto não se pode negar” (1984, p. 36). Ou seja, as variações climáticas incidiam diretamente na disposição psicológica dos indivíduos. Apontando, também, para as diferenças de incidências climáticas relativas ao modo de vida rural e urbana ao dizer: “O camponês passa a maior parte de sua existência em meio ao clima local. O homem das cidades exerce quase toda a sua atividade encerrado em microclimas” (ibidem, p. 37). Sobre o segundo, o complexo vivo, construiu uma estrutura conceitual que extrapolaria as fronteiras de nossa disciplina influenciando, até hoje, uma gama de pesquisas realizadas nas ciências biológicas e médicas (FERREIRA, 1991). Dizia que quando nos atentamos aos elementos constituintes do complexo vivo que nos envolve, descobrimos nele duas espécies de forças, uma organizada por nós mesmos e feita do conjunto da natureza de animais, vegetais, fungos e bactérias que dominados e domesticamos para nosso benefício, formando o que chamou de *complexo de subsistência*; porém, juntamente com esse, havia outro de força contrária composta de elementos antagônicos à nossa vida também na forma de plantas, animais, fungos, bactérias e vírus nomeados por *complexo patogênico*. A tensão entre ambos formaria a dinâmica do complexo vivo. Já o complexo social, terceiro na composição sorreana das determinações do meio sobre os indivíduos, mostra-se correlato ao conceito de cultura. Sendo a somatória de aparatos materiais e cognitivos sobre os quais as sociedades mediam suas relações com a natureza. Assim, o complexo social, dos três, é o gerenciador de mediações. Os componentes físicos e biológicos eram selecionados por esse complexo; sendo esse, também, o

maior responsável pelas determinações no plano individual. Para elucidar isso, Sorre dizia:

Todas essas características [naturais] que acabam de ser lembradas não chegam e nem exercem qualquer ação sobre o grupo senão após estarem impregnadas de humanidade, refratadas pelo meio social. E este possui virtude própria. Animal social, o homem passa parte de sua existência no seio de um grupo, numa aldeia ou numa cidade, onde todas as condições climáticas locais são modificadas. Ele troca seus parasitas com outros homens. As atividades que exerce e que não escolheu livremente imprimem a seu *habitus corporis*, e mesmo a sua estrutura mental, uma envergadura particular. Ele pertence a uma profissão, a uma casta, a uma família, a uma classe, a um Estado. Tem uma religião. Obedece a seus imperativos e respeita suas interdições. Seus atos, os mais simples e aparentemente os mais naturais, a escolha do modo de preparo e o consumo de alimentos são determinados bem menos pela natureza ou pela abundância dos recursos alimentares do que por um conjunto de predicções originais entre funções mentais e vida social. Em cada um de seus gestos, em cada um de seus pensamentos, o social e o individual se misturam inextricavelmente (ibidem, p. 43).

Portanto, é sob o conjunto dessas ferramentas conceituais que Sorre forjará seu conceito de meio. Oferecendo aos futuros investigadores uma metodologia centrada na captação mais próxima possível das influências mesológicas das sociedades e da mentalidade dos seus indivíduos.

Por fim – e com intento de rematar esta breve revisão epistemológica do meio, bem sabendo da impossibilidade de seu esgotamento – podemos dizer que todo esse aparato teórico forjado pelos geógrafos aqui apresentados irá desembocar no escopo metodológico do mais recente clássico a teorizar a partir do conceito de meio, a saber: Milton Santos. Alocando-o como peça chave em seu arranjo terminológico e embasado pela tradição lançada por Ratzel, reforçada por La Blache e culminada por Demangeon e Sorre, Santos também versará o meio como par conceitual do gênero de vida; sendo este último termo atualizado e renomeado por ele por *técnica* e o primeiro como sinônimo de *espaço geográfico*. O resultado disso tudo será sua proposta de apreensão da matriz contemporânea do meio a partir do conteúdo técnico-científico e informacional nele agregado (SANTOS, 2004). Porém, a análise do conceito de meio técnico-científico e informacional de Santos ficará reservada para um próximo artigo, dada a sua complexidade e amplitude explicativa que excederiam as páginas deste.

CONCLUSÃO

Dentro do exposto e no intuito de apresentar uma síntese sobre o papel das determinações do meio na história do pensamento geográfico, segue um sumário dos principais pontos aqui defendidos: 1º Humboldt e Ritter, influenciados pela tradição grega da Geografia e pelo Romantismo alemão, buscaram arranjar a multiplicidade fenomênica disposta na superfície terrestre numa elucidação sintética. Desse modo, mesclando racionalismo com as emoções do espírito romântico, construíram explicações de interação organismos/meios sob o complexo princípio de totalidade terrestre. 2º Com a assimilação das teorias de Darwin a Geografia obteve um paradigma amplamente aceito para, junto às demais ciências, desenvolver argumentos plausíveis relativos aos processos de interação entre seres vivos e seus respectivos meios. A instalação desse paradigma possibilitou à Geografia o gradual afastamento de lacunas metafísicas sem, no entanto, cair num mecanicismo fisicalista estrito. 3º Valendo-se do novo paradigma das ciências da vida, Ratzel edificou sua Antropogeografia num projeto de entendimento da ligação da Terra com o homem pautando-se em dois princípios, a saber: a busca por rigor metodológico feito a partir de critérios de cientificidade da época e a necessidade de delimitar o estudo dessa ligação a partir das influências que o meio ambiente causava no ser humano. Assim, Ratzel validou o papel da Geografia frente às demais ciências como aquela que busca encontrar a explicação da ligação homem/meio e de suas recíprocas determinações. 4º O debate sobre a determinação do meio reside num aspecto lógico que quando não considerado pode confundir até o propósito da ciência geográfica. Buscamos demonstrar que não há de um lado determinação e de outro determinismo, o que existe é somente a determinação, enquanto que o determinismo é um nome dado para uma determinação julgada como equívoca ou exagerada pelos pares acadêmicos. Ressalte-se ainda que a busca por determinações de seu objeto nos fenômenos do mundo é a tarefa de toda e qualquer ciência. 5º Lucien Febvre, argumentando contra Ratzel, articulou que os geógrafos não deveriam procurar as determinações do meio geográfico nas explicações das sociedades, pois se assim o fizessem cometeriam o erro de serem deterministas. Ao sugerir o possibilismo lablachiano como resposta ao determinismo ratzeliano, Febvre fez uma inadequada ruptura na epistemologia da ciência

geográfica por não levar em consideração o embasamento lógico da questão de determinação nas ciências. O embate possibilismo versus determinismo proposto por Febvre serviu para atrasar os refinamentos metodológicos que os geógrafos estavam desenvolvendo no tocando à participação do meio geográfico nas explicações das sociedades e, também, para nublar a principal questão que a ciência geográfica tem para resolver que é saber o quanto os seres são o que são pelo fato de estarem onde estão. 6º O avanços que Vidal de La Blache trouxe ao conceito de meio decorreram de sua preocupação de bem precisá-lo e também de inseri-lo como parte de uma rede conceitual própria da Geografia. Seguindo a proposta de que o estudo geográfico deve ser pautado nas relações decorrentes da ligação homem/meio, La Blache se inclinou na busca pelo entendimento da cultura enquanto elemento de sobredeterminação dos aspectos físicos e biológicos do meio. A partir da contingência humana, Vidal edificou o conceito de gênero de vida como par dialético do meio geográfico. Assim, o conceito de meio em La Blache, ao contrário que o binômio determinismo/possibilismo possa vir a passar, não reduziu as determinações do meio ratzeliano, mas, ao contrário, as ampliou ao envolver as ações técnicas humanas às determinações naturais. 7º A sistematização que Albert Demangeon fez do objeto da Geografia, que seria o estudo dos agrupamentos humanos com o meio geográfico, apesar de importante guia metodológico, encontra certas dificuldades justamente no que tange à definição do conceito de meio. As ideias de meio natural e meio geográfico desse autor trazem uma constante ambiguidade no conceito de meio, central em seu juízo. 8º Max. Sorre foi o geógrafo que mais contribuiu para a precisão e o aprofundamento conceitual a respeito das determinações do meio; trazendo para o debate o conceito em suas bases ontológicas. A investigação do ser do meio por Sorre foi feita a partir de seu desmembramento em três complexos sobrepostos, o climático, o vivo e o social; sendo esse último, o responsável pelo gerenciamento das demais mediações.

Portanto, o que fica desse conciso percurso adentro à história do pensamento geográfico é a certeza que o conceito de meio tem consistentes raízes epistemológicas em nossa disciplina. Porém, se seu conteúdo mostra-se bem constituído teoricamente, de sua forma terminológica já não podemos dizer o mesmo, pois quase sempre flutuou num mar de sinônimos aportando, raras vezes,

em definições próprias. Eis, talvez, seu principal defeito: a imprecisão terminológica. Contudo, mesmo sendo necessário tal apuro, faz-se sob uma pena menor, posto que sua rica fundamentação teórica ainda segue pulsando forte e ilesa ao pó que ora se assenta sobre o papel dos nossos clássicos.

REFERÊNCIAS

BARROS, N. Especiação na Antropogeografia de Frederico Ratzel. **Revista de Geografia**. Recife, v. 24, nº 1, 2007.

BERQUE, A. Ontologie des milieux humains. **Mots Pluriels**, 11, 1999. Disponível em: <<http://www.arts.uwa.edu.au/MotsPluriels/MP1199ab.html>>. Acesso em: 06/03/2010.

BRAUDEL, F. Há uma geografia do indivíduo biológico? In: _____. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinsburg e T. da Mota. São Paulo: Perspectivas, 1978.

CLAVAL, P. **Evolución de la geografía humana**. Madrid, Oikos-Tau, 1974.

DEMANGEON, A. Uma definição da Geografia Humana. Trad. Jaci Fonseca. In: CRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. Difel: São Paulo, 1982.

FEBVRE, L. **A Terra e a evolução humana**. Trad. Jorge de Macedo. Lisboa: Cosmos, 1954.

FERREIRA, M. Epidemiologia e Geografia: O complexo patogênico de Max. Sorre. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 7(3), 1991.

GOMES, P. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. 2ª ed. Trad. Thomaz N. Neto. São Paulo: Hucitec, 1978.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal Lógica dialética**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARTINS, E. **Da Geografia à Ciência Geográfica e o discurso lógico**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARTONNE, E. Geografia e História (Prefácio). In: VIDAL DE LA BLACHE, P. **Princípios de geografia humana**. Trad. Fernando Martins. Lisboa: Cosmos, 1946.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.

RATZEL, F. Antropogeografia. Trad. Fátima Murad. In: MORAES, A. (org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RECLUS, É. A complexidade da produção do espaço geográfico. In: ANDRADE, M. **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SORRE, M. **Geografia** (org. MEGALE, J.). Trad. Januário Megale, Maria França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.

_____. A Geografia Humana (introdução). **Geographia**, Niterói, ano V, nº 10, 2003.

SILVA, A. **Cinco paralelos e um meridiano**. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

STODDART, D. Darwin impact on Geography. **A.A.A.G.** v. 56, nº 4, 1966.

UNWIN, T. **The place of Geography**. London: Longman Group, 1992.

WOOLDRIDGE, S.; EAST, W. **Espírito e propósitos da Geografia**. Trad. Thomaz N. Neto. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Princípios de geografia humana**. Trad. Fernando Martins. Lisboa: Cosmos, 1946.

_____. Geografia Geral: os gêneros de vida na Geografia Humana. Trad. Maria Sader e Simone Batista. **Geographia**, Niterói, ano 7, nº 13, 2005.